

Prevenção da violência contra pessoas com deficiência intelectual na Atenção Primária: desafios dos profissionais de saúde

Violence Prevention Against People with Intellectual Disabilities in Primary Health Care: Challenges of Health Professionals

Jaqueline Bragio¹

Cristiane da Hora Rocha²

Alex Barbosa Teixeira³

Mayara Sader Santana⁴

Cyntia Faitanin Secchin⁵

Juliana Barboza Magnago⁶

¹Secretaria do Estado da Saúde/SESA, Cachoeiro de Itapemirim - ES - Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6515-1748>

²Enfermeira da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim – Cachoeiro de Itapemirim – ES – Brasil.

³Secretaria do Estado da Saúde/SESA, Cachoeiro de Itapemirim - ES - Brasil.

⁴Secretaria do Estado da Saúde/SESA, Cachoeiro de Itapemirim - ES - Brasil.

⁵Secretaria do Estado da Saúde/SESA, Cachoeiro de Itapemirim - ES - Brasil.

⁶Secretaria do Estado da Saúde/SESA, Cachoeiro de Itapemirim - ES - Brasil.

Resumo

A violência contra pessoas com deficiência intelectual constitui um importante problema de saúde pública, afetando de maneira desproporcional indivíduos em situação de maior vulnerabilidade social e funcional. Nesse contexto, os profissionais da Atenção Primária à Saúde desempenham papel fundamental na identificação precoce, prevenção e enfrentamento das diferentes formas de violência, incluindo abusos físicos, psicológicos, sexuais e negligência. O presente estudo teve como objetivo analisar, na literatura científica, o papel dos profissionais da Atenção Primária na prevenção da violência contra pessoas com deficiência intelectual. Como método, foi realizada uma revisão narrativa de literatura, orientada pela questão norteadora: “Qual o papel dos profissionais da Atenção Primária na prevenção da violência em pacientes com deficiência intelectual?”. A coleta de dados ocorreu nos meses de outubro e novembro de 2024. Os achados evidenciam que a proximidade da APS com as famílias e a comunidade favorece a identificação de situações de risco, possibilitando intervenções precoces e o desenvolvimento de ações de educação em saúde, orientação familiar e articulação com a rede de proteção social. No entanto, também são apontados desafios relacionados à capacitação profissional, ao reconhecimento dos sinais de violência e à adequada notificação dos casos. Conclui-se que o fortalecimento da formação e da sensibilização dos profissionais de saúde é fundamental para qualificar a atuação da APS na prevenção e no enfrentamento da violência contra pessoas com deficiência intelectual, contribuindo para a promoção de cuidado integral e proteção dessa população.

Abstract

Violence against people with intellectual disabilities is a significant public health problem, disproportionately affecting individuals in situations of greater social and functional vulnerability. In this context, professionals working in Primary Health Care play a fundamental role in the early identification, prevention, and management of different forms of violence, including physical, psychological, and sexual abuse, as well as neglect. The present study aimed to analyze, in the scientific literature, the role of Primary Health Care professionals in preventing violence against people with intellectual disabilities. The study was conducted through a narrative literature review guided by the following research question: “What is the role of Primary Health Care professionals in preventing violence in patients with intellectual disabilities?” Data collection was carried out between October and November 2024. The findings indicate that the close relationship between Primary Health Care services, families, and the community favors the identification of risk situations, enabling early interventions and the development of health education actions, family guidance, and coordination with the social protection network. However, challenges related to professional training, recognition of signs of violence, and appropriate case reporting were also identified. It is concluded that strengthening the training and awareness of health professionals is essential to improve the performance of Primary Health Care in the prevention and management of violence against people with intellectual disabilities, contributing to the promotion of comprehensive care and the protection of this population.

Palavras-Chave

Deficiência Intelectual; Atenção Primária à Saúde; Prevenção da Violência.

Keywords

Intellectual Disability; Primary Health Care; Violence Prevention.

1. Introdução

A violência constitui um fenômeno histórico e persistente que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, produzindo impactos significativos na saúde, na qualidade de vida e no desenvolvimento social. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência é definida como o uso intencional da força física ou do poder, real ou em forma de ameaça, contra si próprio, outra pessoa, um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha alta probabilidade de resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, prejuízo no desenvolvimento ou privação (OMS, 2002). Diante de suas múltiplas repercussões individuais e coletivas, a violência é reconhecida como um grave problema de saúde pública e uma importante violação dos direitos humanos (Dahlberg; Krug, 2006).

Trata-se de um fenômeno complexo e multifatorial, influenciado por determinantes sociais, culturais, econômicos, ambientais e políticos. A OMS classifica a violência em três grandes categorias, de acordo com o autor do ato violento: violência autodirigida, violência interpessoal e violência coletiva. Quanto à natureza, os atos violentos podem se manifestar sob diferentes formas, como violência física, sexual, psicológica, além de privação e negligência (OMS, 2002). Essas manifestações assumem diferentes configurações nos diversos contextos sociais, atingindo de maneira desigual determinados grupos populacionais.

Nesse cenário, destaca-se a violência contra pessoas com deficiência, que frequentemente vivenciam situações de exclusão social, discriminação e negação de direitos fundamentais. Tais processos configuram formas de violência estrutural que contribuem para ampliar as vulnerabilidades desse grupo. Conforme apontam Crochick et al. (2024), o cotidiano das pessoas com deficiência evidencia múltiplas situações em que a violência se expressa por meio da marginalização, da invisibilidade social e da limitação do acesso

a direitos e oportunidades, podendo também manifestar-se na forma de negligência, abandono, violência física e sexual.

A violência contra pessoas com deficiência constitui, portanto, um problema grave e complexo que demanda atenção específica das políticas públicas e dos serviços de saúde. Evidências indicam que esse grupo apresenta maior exposição a situações de violência, sofrendo seus impactos de forma mais frequente e intensa quando comparado à população geral (Brasil, 2020). Entre as diferentes condições de deficiência, as pessoas com deficiência intelectual apresentam maior vulnerabilidade a diversas formas de abuso, incluindo violência física, psicológica, sexual e negligência. No contexto brasileiro, estimativas apontam que uma em cada três pessoas com deficiência intelectual sofre abuso sexual ao longo da vida adulta (IPEA, 2023).

Essa vulnerabilidade está relacionada a múltiplos fatores, como a desigualdade de poder presente nas relações sociais, a dependência de terceiros para a realização de cuidados cotidianos e as dificuldades de comunicação que, em alguns casos, podem limitar a expressão de experiências de violência. Além disso, algumas pessoas com deficiência intelectual podem apresentar dificuldades para reconhecer situações abusivas ou compreender seus direitos, o que contribui para a subnotificação e invisibilidade desses casos. Associada à assimetria de poder nas relações interpessoais, essa condição amplia o risco de exposição a diferentes formas de violência (Williams, 2003).

Diante desse cenário, torna-se fundamental fortalecer estratégias de prevenção e enfrentamento da violência voltadas a essa população. Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde (APS) ocupa posição estratégica no sistema de saúde, especialmente por sua capilaridade, proximidade com os territórios e vínculo longitudinal com usuários e famílias. Os profissionais que atuam nesse nível de atenção possuem papel central na identificação precoce de sinais de violência, no acolhimento das vítimas, na orientação às famílias e na articulação com a rede intersetorial de proteção social.

A atuação qualificada dos profissionais da APS é fundamental para a implementação de ações de prevenção, educação em saúde e cuidado integral às pessoas com deficiência intelectual em situação de vulnerabilidade. O estabelecimento de relações de confiança

com os usuários e suas famílias favorece a identificação de situações de risco que, muitas vezes, permanecem invisíveis em outros níveis de atenção à saúde (Oliveira; Ferigato, 2019). Nesse sentido, a capacitação dos profissionais, o reconhecimento dos sinais de violência e o fortalecimento de estratégias de cuidado e notificação tornam-se elementos essenciais para qualificar a resposta dos serviços de saúde frente a esse agravo.

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo analisar, na literatura científica, o papel dos profissionais da Atenção Primária à Saúde na prevenção da violência contra pessoas com deficiência intelectual, destacando os desafios e as responsabilidades desses trabalhadores no enfrentamento dessa problemática.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, desenvolvido por meio de uma revisão narrativa da literatura. Esse tipo de revisão possibilita a análise crítica e reflexiva da produção científica existente sobre determinado tema, permitindo a compreensão ampliada de conceitos, abordagens teóricas e evidências disponíveis na literatura (Green; Johnson; Adams, 2006). A escolha dessa estratégia metodológica justifica-se pela necessidade de explorar de forma abrangente como a violência contra pessoas com deficiência intelectual tem sido discutida no campo da saúde, com ênfase no papel dos profissionais da Atenção Primária na prevenção e no enfrentamento desse agravo.

A revisão teve como objetivo subsidiar a discussão teórica sobre a temática e responder à seguinte questão norteadora: “Qual o papel dos profissionais da Atenção Primária à Saúde na prevenção da violência contra pessoas com deficiência intelectual?”

A busca bibliográfica foi realizada nos meses de outubro e novembro de 2024, nas bases de dados SciELO Brasil e PubMed. Para a estratégia de busca foram utilizados os descritores “violência”, “deficiência intelectual” e “atenção primária”, combinados entre si. Inicialmente, a busca ampliada não resultou em número suficiente de estudos que contemplassem simultaneamente todos os eixos temáticos propostos. Dessa forma, procedeu-se ao refinamento da estratégia de busca, priorizando o descritor “deficiência intelectual” e aplicando filtros para seleção de artigos brasileiros, publicados em língua

portuguesa e vinculados à área da saúde. Optou-se por não estabelecer delimitação temporal para a busca dos estudos, considerando-se relevante analisar a produção científica ao longo do tempo, com o objetivo de compreender a evolução do debate acerca da violência envolvendo pessoas com deficiência intelectual no contexto da Atenção Primária à Saúde.

Como critérios de inclusão, foram considerados artigos publicados em língua portuguesa, com texto completo disponível e que apresentassem pertinência temática com os eixos centrais da investigação, envolvendo violência, deficiência intelectual e Atenção Primária à Saúde. Foram excluídos estudos cujo título, resumo ou conteúdo não abordassem diretamente a temática proposta ou que não apresentassem relação com o foco da investigação. De forma complementar, realizou-se busca livre na plataforma Google Scholar, bem como análise manual das referências bibliográficas dos artigos inicialmente selecionados, com o objetivo de identificar estudos relevantes que não tenham sido captados na estratégia de busca eletrônica. A partir do levantamento inicial, foram identificados 36 estudos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão e a leitura dos resumos, sete artigos foram selecionados para leitura na íntegra e análise aprofundada. A esses foram acrescentados três estudos adicionais identificados por meio da busca manual nas referências bibliográficas, totalizando dez artigos incluídos na revisão. A análise dos estudos selecionados possibilitou a construção de uma reflexão crítica sobre a violência contra pessoas com deficiência intelectual e sobre os desafios e responsabilidades dos profissionais da Atenção Primária à Saúde na prevenção e no enfrentamento dessa problemática.

3. Resultados e Discussão

Foram selecionados sete artigos que atenderam aos critérios de inclusão e abordaram diferentes aspectos da violência contra pessoas com deficiência intelectual. Para fins analíticos, os estudos foram organizados em eixos temáticos, os quais orientaram a discussão dos achados: (1) deficiência intelectual no Brasil: conceito, características e vulnerabilidades; (2) violência contra pessoas com deficiência intelectual; e (3) o papel da Atenção Primária à Saúde no enfrentamento da violência.

3.1 A deficiência intelectual no Brasil: conceito, características e vulnerabilidades

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), considera-se pessoa com deficiência aquela que apresenta impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com barreiras diversas, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2019). Essa concepção amplia a compreensão da deficiência ao reconhecer o papel central dos fatores sociais e estruturais na produção das desigualdades vivenciadas por esse grupo.

A Deficiência Intelectual (DI) é caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, manifestando-se em habilidades conceituais, sociais e práticas, como comunicação, autocuidado e interação social (APA, 2002). Conforme descrito no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV-TR), trata-se de um transtorno do neurodesenvolvimento, com início no período do desenvolvimento. A classificação da DI baseia-se no quociente de inteligência inferior a 70, associado a prejuízos em pelo menos duas áreas do comportamento adaptativo, podendo apresentar-se nos graus leve, moderado, grave ou profundo (APA, 2002). Ressalta-se que suas manifestações são fortemente influenciadas por fatores ambientais, educacionais e de suporte social.

No contexto brasileiro, dados do Censo Demográfico de 2010 indicam que aproximadamente 2,6 milhões de pessoas (1,4% da população) apresentam deficiência mental ou intelectual (IBGE, 2010). Estudos apontam que mulheres adultas, brancas, com deficiência intelectual e múltiplas deficiências constituem o perfil mais frequente das vítimas de violência no país, destacando-se a violência intrafamiliar e a autoagressão como formas prevalentes (Mello et al., 2017). Esses achados evidenciam a condição de vulnerabilidade ampliada desse grupo populacional. A maior exposição à violência decorre, em grande medida, das limitações cognitivas e comunicativas, associadas à dependência de terceiros para atividades cotidianas, à dificuldade de compreender situações complexas e à restrição de autonomia. Ademais, o medo, o desconhecimento

dos próprios direitos e a dificuldade em identificar e relatar abusos contribuem para a invisibilização da violência sofrida. Fatores como estigmatização, exclusão social e fragilidade das redes de proteção agravam esse cenário, reforçando a necessidade de políticas públicas específicas e estratégias de prevenção direcionadas às pessoas com DI (Silva et al., 2021; Mendes et al., 2020).

3.2 A violência contra pessoas com deficiência intelectual

Os estudos analisados indicam que pessoas com deficiência intelectual estão mais expostas a múltiplas formas de violência, incluindo agressões físicas, psicológicas, sexuais, negligência e abandono. A dependência de cuidadores para a realização de atividades básicas, aliada à sobrecarga do cuidado, constitui um fator de risco importante, podendo gerar situações de estresse e aumentar a probabilidade de ocorrência de violência, especialmente no ambiente familiar (Mello et al., 2021).

A violência contra esse grupo não se limita a agressões explícitas, manifestando-se também de forma sutil, por meio de humilhações, negligência, abusos emocionais e violências institucionais. Tais experiências têm impactos significativos na saúde mental, associando-se ao desenvolvimento de ansiedade, depressão, transtornos de comportamento, isolamento social e ideação suicida (Nóbrega et al., 2021). Conforme destacado por Simões (2024), o sofrimento decorrente da violência, especialmente a sexual, ultrapassa o evento em si, afetando não apenas a vítima, mas também seus familiares e o entorno social.

A falta de informação sobre os direitos das pessoas com deficiência, as barreiras comunicacionais e a insuficiência de apoio emocional configuram obstáculos relevantes para o reconhecimento e a denúncia das situações de violência. Segundo Mello et al. (2021), a violência física é a forma mais frequentemente identificada contra pessoas com deficiência no Brasil, sendo o agressor, na maioria das vezes, um membro da família. Entretanto, a subnotificação permanece como um desafio central, contribuindo para a subestimação da magnitude do problema.

3.3 A APS no enfrentamento da violência contra pessoas com deficiência intelectual

A APS, enquanto porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), desempenha papel estratégico na identificação, prevenção e enfrentamento da violência. Por sua proximidade com os territórios, as famílias e os usuários, a APS encontra-se em posição privilegiada para reconhecer sinais precoces de vulnerabilidade e situações de abuso, além de promover ações educativas e intersetoriais (Oliveira; Garcia, 2017).

Entretanto, os estudos analisados evidenciam limitações importantes na atuação dos profissionais da APS, especialmente relacionadas à insuficiente formação para o cuidado de pessoas com deficiência intelectual. A desvalorização de queixas relacionadas ao desenvolvimento neuropsicomotor, a dificuldade de reconhecimento da deficiência e a fragilidade na abordagem de situações de violência comprometem a qualidade do cuidado ofertado (Tomaz et al., 2017). O acolhimento humanizado, a escuta qualificada e a garantia de privacidade constituem elementos centrais para a identificação da violência. No entanto, experiências relatadas por usuários apontam a presença de violência institucional nos serviços de saúde, expressa pela inadequação do espaço físico, impessoalidade no atendimento e ausência de escuta sensível, fatores que podem intensificar a vulnerabilidade dessas pessoas (Rodrigues et al., 2018).

A escuta ativa dos relatos do paciente, associada à observação do comportamento de familiares e cuidadores, é fundamental para a detecção de inconsistências que possam indicar situações de risco. Lesões corporais sem explicação plausível, alterações comportamentais, suspeita de infecções sexualmente transmissíveis e mudanças abruptas de humor configuram sinais de alerta que devem ser valorizados no contexto da APS (Tomaz et al., 2017).

As visitas domiciliares, especialmente aquelas realizadas pelos Agentes Comunitários de Saúde, mostram-se estratégias relevantes para a identificação de contextos de violência, permitindo a observação das dinâmicas familiares e das condições de vida. Além disso, ações educativas adaptadas às necessidades cognitivas das pessoas com deficiência intelectual são fundamentais para a promoção da autonomia, prevenção da violência e fortalecimento da rede de apoio, devendo envolver também familiares, cuidadores e a comunidade (Nóbrega et al., 2021). A notificação compulsória dos casos de violência constitui um instrumento essencial para o monitoramento e o planejamento de ações no

âmbito do SUS, sendo obrigatória para profissionais de saúde, educação e assistência social (DIOES, 2025). O adequado preenchimento da ficha de notificação e o uso do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) contribuem para a produção de dados epidemiológicos e o fortalecimento das políticas públicas. Contudo, a subnotificação ainda é uma realidade, exigindo capacitação contínua dos profissionais e fortalecimento das práticas institucionais (Mendonça, 2020).

Por fim, a articulação com a Rede de Proteção é indispensável nos casos de suspeita ou confirmação de violência, envolvendo serviços de assistência social, segurança pública e centros especializados. A sensibilização e a capacitação permanente das equipes da APS, aliadas ao fortalecimento do trabalho em rede e à participação dos usuários na construção das estratégias de enfrentamento, são fundamentais para uma resposta efetiva e integral à violência contra pessoas com deficiência intelectual (Rodrigues et al., 2018; Mendonça et al., 2020).

4. Considerações Finais

A violência contra pessoas com deficiência intelectual constitui um fenômeno complexo e multifacetado, frequentemente marcado pela invisibilidade social e institucional. Os achados desta revisão evidenciam que esse grupo populacional apresenta maior vulnerabilidade à ocorrência de diferentes formas de violência, especialmente no contexto intrafamiliar. Fatores como dependência de cuidadores, barreiras comunicacionais, estigmatização social e fragilidade das redes de apoio contribuem para ampliar o risco de exposição a situações de abuso, negligência e violação de direitos, reforçando a necessidade de estratégias específicas de prevenção e proteção.

Nesse contexto, os profissionais da Atenção Primária à Saúde desempenham papel central na prevenção e no enfrentamento da violência contra pessoas com deficiência intelectual. A proximidade com o território, o vínculo longitudinal estabelecido com os usuários e suas famílias e a possibilidade de acompanhamento contínuo colocam esses profissionais em posição privilegiada para identificar sinais precoces de violência, acolher as vítimas e desenvolver ações educativas voltadas à promoção de ambientes

mais seguros e protetivos. Assim, a APS configura-se como espaço estratégico para o desenvolvimento de práticas preventivas e para a articulação com outros serviços da rede de proteção social.

Entretanto, os estudos analisados também evidenciam desafios importantes que limitam a atuação dos profissionais nesse campo. Entre eles destacam-se a insuficiente capacitação para o reconhecimento e manejo das situações de violência, as dificuldades relacionadas ao processo de notificação e a persistência de barreiras institucionais que podem contribuir para a subnotificação dos casos. Tais aspectos apontam para a necessidade de fortalecer processos de educação permanente em saúde, de modo a qualificar a atuação das equipes da APS no cuidado às pessoas com deficiência intelectual em situação de vulnerabilidade.

Dessa forma, torna-se fundamental investir na formação e sensibilização dos profissionais de saúde, com ênfase no reconhecimento dos sinais de violência, na escuta qualificada, na abordagem ética e humanizada e no correto encaminhamento das situações identificadas. Além disso, o fortalecimento da articulação intersetorial entre os serviços de saúde, assistência social, educação e sistema de justiça é essencial para garantir respostas integradas e efetivas às situações de violência.

Por fim, destaca-se que a prevenção da violência contra pessoas com deficiência intelectual exige não apenas a atuação qualificada dos profissionais de saúde, mas também o fortalecimento de políticas públicas inclusivas, a ampliação do debate social sobre o tema e a promoção de ações educativas voltadas à redução do estigma e à valorização dos direitos dessa população. A produção e sistematização de conhecimentos sobre a temática permanecem fundamentais para subsidiar práticas profissionais mais sensíveis, contribuindo para a promoção da dignidade, da autonomia e da proteção das pessoas com deficiência intelectual.

Referências

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Violência interpessoal contra pessoas com deficiência/transtorno no Brasil. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/svs/violencia-contrapessoas-com-deficiencia-transtorno> . Acesso em: 17 jan. 2025.

2. DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 11, supl., 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500007> . Acesso em: 17 jan. 2025.
3. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo - Sistema IOES. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/4984#/p:9/e:4984?find=11.147> . Acesso em: 16 jan. 2025.
4. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da violência: pessoa com deficiência. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1407-violencia-contrapessoas-com-deficiencia-06-12.pdf> . Acesso em: 17 jan. 2025.
5. CROCHICK, José Leon et al. Violência contra Pessoas com Deficiência Intelectual no Norte de Portugal. *PsicolArgum*, v. 42, n. 117, p. 446-468, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.42.117.AO04> . Acesso em: 17 jan. 2025.
6. MELLO, N. F. de et al. Casos de violência contra pessoas com deficiência notificados por serviços de saúde brasileiros, 2011-2017. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 30, n. 3, 2021.
7. MENDONÇA, C. S.; MACHADO, D. F.; ALMEIDA, M. A. S. de; CASTANHEIRA, E. R. L. Violência na Atenção Primária em Saúde no Brasil: uma revisão integrativa da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 6, p. 2247-2257, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.19332018> . Acesso em: 17 jan. 2025.
8. NÓBREGA, K. B. G. da et al. Validação da tecnologia educacional “abuso não vai rolar” para as jovens com deficiência intelectual. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 7, p. 2793-2806, jul. 2021.
9. OLIVEIRA, Maribia Taliane de; FERIGATO, Sabrina Helena. A atenção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar: a construção de tecnologias de cuidado da terapia ocupacional na atenção básica em saúde. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional São Carlos*, v. 27, n. 3, p. 508-521, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1729> . Acesso em: 17 jan. 2025.
10. OLIVEIRA, A. E. F.; GARCIA, P. T. (Org.). *Redes de Atenção à Saúde: Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência*. São Luís: EDUFMA, 2017. Disponível em: https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/9914/3/REDE_DE_CUIDADOS_A_PESSOA_COM_DEFICI%C3%8ANCIA.pdf . Acesso em: 08 jan. 2025.
11. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. Relatório mundial sobre violência e saúde. Genebra: Organização Mundial de Saúde, 2002.
12. RODRIGUES, E. A. S. et al. Violência e Atenção Primária à Saúde: percepções e vivências de profissionais e usuários. *Saúde em Debate*, v. 42, spe4, p. 55-66, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018s404> . Acesso em: 17 jan. 2025.

13. SIMÕES, J. Múltiplos sentidos da violência sexual contra meninas com deficiência intelectual. Revista Estudos Feministas, v. 32, n. 3, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2024v32n3101141> Acesso em: 17 jan. 2025.
14. TOMAZ, R. V. V. et al. Impacto da deficiência intelectual moderada na dinâmica e na qualidade de vida familiar: um estudo clínico-qualitativo. Cadernos de Saúde Pública, v. 33, n. 11, 21 nov. 2017.
15. WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Sobre deficiência e violência: reflexões para uma análise de revisão de área. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 9, n. 2, p. 141-154, 2003. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v09n02/v09n02a03.pdf> Acesso em: 17 jan. 2025.
16. GREEN, B.; JOHNSON, C.; ADAMS, A. Writing a narrative literature reviews for peer-reviewed journals: secrets of the trade. Journal of Chiropractic Medicine, v. 5, n. 3, p. 1-13, 2006.
17. IBGE. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
18. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-IV-TR. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Artmed, 2002.